



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / MG	CNPJ:	18.715.383/0001-40
Endereço:	Avenida Afonso Pena, 1212	Complemento:	5º andar
Bairro:	Centro	CEP:	30130-009
Telefone:	(031) 3277-4442	Fax:	
		E-mail:	andre.arei@pbh.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	Luiz Schwarcz	CPF:	154.877.506-10
Cargo:	Secretário	Complemento do Cargo:	Municipal de Finanças Interino
E-mail:	luiz.schwarcz@pbh.gov.br	Data Início de Gestão:	06/08/2012

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	Subsecretaria de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado	CNPJ:	14.885.482/0001-19
Endereço:	Avenida Augusto de Lima, 30	Complemento:	10º andar
Bairro:	Centro	CEP:	30190-000
Telefone:	(031) 3246-6604	Fax:	
		E-mail:	previdencia@pbh.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	Márcio Almeida Dutra	CPF:	431.100.296-34
Cargo:	Secretário	Complemento do Cargo:	Secretário Municipal Adjunto Gestão
Telefone:	(031) 3246-6604	Fax:	
		E-mail:	smagp@pbh.gov.br
		Data Início de Gestão:	07/04/2011

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	Márcio Almeida Dutra	CPF:	431.100.296-34
Cargo:	Secretário	Complemento do Cargo:	Secretário Municipal Adjunto Gestão
Telefone:	(031) 3246-6604	Fax:	
		E-mail:	smagp@pbh.gov.br
Entidade Certificadora:	AMBIMA	Data Início de Gestão:	07/04/2011
		Validade Certificação:	20/07/2014

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	Marcelle Matilde Tufi Santos	CPF:	027.356.236-37
Telefone:	(031) 3246-6617	Fax:	
		E-mail:	gecf.smagp@pbh.gov.br
Data de envio:	08/02/2013		

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2013

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Marcelle Matilde Tufi Santos

CPF: 027.356.236-37

Data da Elaboração: 28/12/2012 Data da ata de aprovação: 07/02/2013

Órgão superior competente: Conselho de Administração

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico () Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	0,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	0,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Conforme Informativo Conjuntura Semanal – Ano XIV nº 13 – Semana até 9 de novembro de 2012:

“A inflação ao consumidor (IPCA) subiu acima do esperado em outubro: 0,59% contra 0,55% da nossa projeção (o consenso das expectativas do mercado estava em 0,58%). Em setembro, a alta do IPCA tinha sido 0,57%. As diferenças em outubro em contrapartida à nossa projeção para IPCA ocorreram nos serviços privados e alimentos com comportamento mais volátil de preços. O núcleo passou de 0,5% em setembro para 0,6% em outubro. Em 12 meses o IPCA sobe 5,45% contra 5,28% até setembro. A nossa projeção para a inflação ao consumidor no ano está em 5,3%. Este percentual considera o impacto de 0,12 p.p de eventual reajuste de 3% dos preços de gasolina.

Para 2013 a nossa projeção para o IPCA segue em 4,9%. Recentemente aumentamos a estimativa para o reajuste nos preços monitorados em 2013 em função de dois fatores que incidem sobre o cálculo de reajuste de tarifas de energia elétrica: menor uso da energia das geradoras térmicas em algumas regiões do país e impacto da aceleração do IGP-M sobre correção das tarifas. Algumas premissas para os preços livres se arrefeceram e com isso a nossa projeção para o índice geral acabou não se alterando.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista à imprensa, admitiu que a meta de superávit primário de R\$ 138,8 bilhões ou 3,1% do PIB não será cumprida. A arrecadação de impostos frustrou a expectativa; aconteceram dificuldades para os estados e municípios cumprirem suas metas, e o impacto das desonerações setoriais foi relevante, com o desconto do IPI dos veículos. A declaração não nos causou surpresa tendo em vista que há vários meses o governo sinaliza neste sentido. Com a possibilidade de desconto dos investimentos no PAC do cálculo do superávit primário oficialmente o dado será de perto de 3%. Para 2013 esperamos o mesmo quadro. Isto não é um problema para evolução da dívida líquida do setor público como proporção do PIB tendo em vista que atualmente o superávit necessário para estabilizá-la está em torno de 1,8% do PIB.

O resultado eleitoral nos Estados Unidos se definiu em linha com o nosso cenário. A folga de valores conquistados por Obama na reeleição no Colégio Eleitoral foi relevante: 303 de 528 votos. O presidente também conseguiu a maioria da votação popular. Os Republicanos mantiveram a maioria na Câmara dos Representantes (231 cadeiras X 185 dos Democratas) o que deva exigir de Obama esforço para a negociação de parâmetros que evitem o fiscal Cliff, (“precipício fiscal”, traduzido do inglês, que ocorre em janeiro, segundo a SMAGP). Os Democratas conservaram a maioria do Senado: 51 cadeiras X 45 dos Republicanos. Há indícios de que o Senado e o líder dos Republicanos na Câmara dos Representantes aceitariam um acordo de aumento de Impostos para os mais ricos (ponto central de proposta de ajuste de Obama), acompanhada de corte de gastos e uma reforma tributária a ser desenhada no médio prazo.

O nosso cenário básico para a política fiscal norte-americana considera um acordo a ser fechado até o final do ano para que o Fiscal Cliff seja evitado. Caso contrário haveria uma concentração de ajustes em 2013 e isso reduziria drasticamente as perspectivas para o crescimento do PIB que hoje se localizam em torno de 2%. A renovação de parâmetros por um ano não seria acompanhada por alguns detalhes da reforma da saúde, não seriam renovados o payroll tax cut (redução ou corte de impostos da folha de pagamento, traduzido do inglês, segundo a SMAGP) e os benefícios de seguro desemprego estendidos. Não existe tempo possível para uma negociação ampla que sinalize ajustes de longo prazo. Em suma, é provável que tenhamos nas próximas semanas um desenho de racionalizar os ajustes”.

De acordo com relatório do COPOM 3º trimestre: “a inflação acumulada em doze meses, que começou a recuar no último trimestre do ano passado, tende a se deslocar na direção da trajetória de metas, de forma não linear. No que se refere a projeções de inflação, de acordo com os procedimentos tradicionalmente adotados e levando em conta o conjunto de informações disponível até 6 de setembro de 2012 (data de corte), o cenário de referência, que pressupõe manutenção da taxa de câmbio constante no horizonte de previsão em R\$2,05/US\$ e meta para a taxa Selic em 7,50% a.a., projeta inflação de 5,2% em 2012, de 4,9% em 2013 e de 5,1% para o terceiro trimestre de 2014.

No cenário de mercado, que incorpora dados da pesquisa realizada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (GERIN) com um conjunto significativo de instituições, as projeções apontam inflação de 5,2% em 2012, de 4,8% em 2013 e de 5,0% para o terceiro trimestre de 2014.

No que se refere ao balanço de riscos, o Copom avalia que, apesar de manifestar viés inflacionário no curto prazo, o cenário internacional se mostra desinflacionário no médio prazo. No âmbito doméstico, o Comitê entende que, desde o último Relatório, vistos em conjunto, os desenvolvimentos domésticos indicam, no horizonte relevante, um balanço de riscos neutro.

Sobre transmissão de política monetária, o Copom destaca que o cenário central contempla as evidências de deslocamento, para baixo, da taxa neutra nos últimos anos.

Essa ponderação encontra respaldo nos modelos de projeção utilizados pelo Banco Central, bem como na dinâmica dos rendimentos de títulos – públicos e privados – negociados nos mercados domésticos ou internacionais. O Comitê avalia, que, na grande maioria dos casos, também apontam nessa direção variáveis mencionadas pela literatura como determinantes de declínio na taxa neutra.

Diante do exposto e considerando os efeitos cumulativos e defasados das ações de política implementadas até o momento, que em parte se refletem na recuperação em curso da atividade econômica, o Copom entende que, se o cenário prospectivo vier a comportar um ajuste adicional nas condições monetárias, esse movimento deverá ser conduzido com máxima parcimônia.

De acordo com o cenário de referência, o crescimento projetado do PIB acumulado em quatro trimestres é de 1,6% para 2012 (0,9 p.p. menor do que a estimativa considerada no Relatório de Inflação anterior), e de 3,3% em quatro trimestres até o segundo trimestre de 2013.”

A variação do índice IPCA (IBGE) para o período de 01/12/2011 a 30/11/2012 é de 5,5340%.

Para Alexandre Martello, do G1 Brasília - <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2012/10/mercado-sobe-previsao-de-inflacao-deste-ano-mas-baixa-de-2013.html>, em 01/10/2012:

Os economistas do mercado financeiro elevaram, na semana passada, sua estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, mas reduziram sua previsão para a inflação em 2013, segundo o relatório de mercado, também conhecido como Focus, divulgado nesta segunda-feira (1) pelo Banco Central. O documento é fruto de pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

A expectativa do mercado financeiro para o IPCA deste ano passou de 5,35% para 5,36% na última semana. Foi a décima segunda semana consecutiva de aumento na previsão. Para 2013, a estimativa dos analistas dos bancos para a inflação recuou de 5,50% para 5,48%.

As mudanças nas estimativas do mercado financeiro acontecem após a divulgação do relatório de inflação pelo Banco Central, ocorrido na semana passada. No documento, a autoridade monetária

subiu sua previsão de inflação para este ano, praticamente abandonando a meta central de 4,5%, mas informou que sua previsão para o próximo ano tem uma convergência maior para a meta.

Objetivos da gestão

A Política de Investimentos compreende um conjunto de diretrizes e medidas que norteiam a aplicação dos ativos previdenciários no exercício seguinte, almejando o alcance das metas atuariais estabelecidas pela Avaliação Atuarial anual do RPPS, buscando o menor risco e a maior rentabilidade no mercado financeiro. Para isso, considera os critérios postos aos Regimes Próprios de Previdência por meio do Conselho Monetários Nacional, conforme estabelece o art. 6º, inciso IV, da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, bem como o compreendido na Portaria do Ministério da Previdência Social n. 519, de 24 de agosto de 2011.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

CONSIDERANDO ainda a falta de conhecimento técnico necessário para a devida avaliação dos riscos inerentes às aplicações arrojadas no mercado financeiro e o início dos trâmites para a contratação de consultoria financeira especializada, optou-se neste momento por uma Política conservadora, a fim de se resguardar a integridade dos ativos previdenciários, motivo pelo aplicamos 100% (cem por cento) dos recursos financeiros em títulos públicos federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), até que se ocorra a definitiva contratação acima que nos permita ter a orientação e a capacidade técnica necessária para avaliar os riscos mencionados a fim de diversificarmos as aplicações e obtermos maior rentabilidade, momento em que deverá ser revista esta Política, nos termos legais.

Segmento de Renda Fixa

O RPPS dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – MG, optou por uma gestão com perfil mais conservador, não se expondo a altos níveis de risco, mas também, buscando prêmios em relação ao benchmark (referência) adotado para a carteira que é IPCA mais 6%.

Ativos Autorizados

No segmento de Renda Fixa, está autorizada a aplicação de 100% dos ativos permitidos do RPPS, em títulos públicos em instituição oficial reconhecida nacionalmente, conforme legislação vigente.

Vedações

De acordo com a Resolução 3.922 do CMN é vedado aos RPPS:

- a) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativo gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- b) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- c) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- d) praticar operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo RPPS e;
- e) atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN 3.922.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

No credenciamento e avaliação de agentes financeiros, bem como na seleção, acompanhamento e avaliação do desempenho de ativos e de produtos de investimento, os gestores do RPPS de Belo Horizonte, serão auxiliados por consultoria de valores mobiliários especializada a ser contratada para esta finalidade, que assessorará quando da alocação dos ativos, bem como elaborará relatórios trimestrais para avaliação do desempenho da carteira e dos veículos de investimentos do Instituto.

A mencionada consultoria deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

O acompanhamento é feito diariamente, mediante consulta ao extrato das aplicações do RPPS afim de avaliar a liquidez, rentabilidade dos ativos. Além disso consultamos as instituições financeiras em suas variadas modalidades de aplicação para assim compararmos aos resultados obtidos em nossas aplicações.

Observações

A presente Política de Investimentos está sujeita à modificação em virtude de alterações na legislação que rege a aplicação de recursos dos RPPS, alterações na estrutura do regime de previdência municipal, contratação de assessoria financeira especializada ou em decorrência de fatos econômicos relevantes e supervenientes. Em todos os casos, precedida de apresentação a ser discutida e aprovada pelo Conselho de Administração.

Esta política de Investimentos deverá ser revista anualmente a contar da data de sua aprovação pelo Comitê de Investimentos conjuntamente com o Conselho de Administração, dentro do prazo de vigência.

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho de Administração do RPPS de Belo Horizonte para avaliação e autorização.

A divulgação desta Política de Investimento será feita junto ao Site da Prefeitura do Município de Belo Horizonte através do endereço www.pbh.gov.br/ será publicada por uma vez no diário oficial do município no site da Previdência de Belo Horizonte através do endereço e ainda estará a disposição na sede da entidade a todos os interessados.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	154.877.506-10 - Luiz Schwarcz	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	431.100.296-34 - Márcio Almeida Dutra	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	431.100.296-34 - Márcio Almeida Dutra	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	027.356.236-37 - Marcelle Matilde Tufi Santos	Data: __/__/__	Assinatura: